



NOTA À IMPRENSA

TRABALHADORES DOS SUPERMERCADOS A.C. SANTOS

CONCENTRARAM-SE, HOJE, FRENTE AO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO FORAM RECEBIDOS PELO SEC. ESTADO ADJUNTO DA ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL A QUEM COLOCARAM AS SUAS PREOCUPAÇÕES E A EXIGÊNCIA DO GOVERNO TOMAR MEDIDAS PARA A VIABILIZAÇÃO DA EMPRESA E GARANTIA DOS POSTOS DE TRABALHO E DEFESA DO EMPREGO

Os trabalhadores dos Supermercados A. C. Santos estiveram esta manhã concentrados junto do Ministério da Economia e Emprego para exigirem que o Estado, através daquele Ministério, defenda a viabilização da empresa, os postos de trabalho e tome medidas muito concretas para a defesa das pequenas e médias empresas do sector, garantidas de milhares de empregos, contribuindo decisivamente para a manutenção e até aumento dos níveis de empregabilidade nestas empresas.

Uma delegação composta por dirigentes e delegados representantes dos trabalhadores foi recebida pelo Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional a quem entregaram um dossier com uma exposição sobre a situação da empresa até ao momento em que a insolvência foi decretada.

Citando alguns dos pontos dessa exposição, os trabalhadores afirmam os "porquês" do entendimento que têm do papel do Estado no socorro às empresas privadas geradoras de emprego e que caem nesta situação.

- Porque o Estado representado pelo Governo tem obrigações, uma delas é defender os próprios interesses do Estado e no caso vertente isso coincide, com a hipótese de contribuir, de forma activa, para a viabilização.

- Porque senão perde todos os créditos que tem sobre a empresa e ainda fica com as obrigações legais de subsidiar os desempregados directos da empresa e os de outras empresas que esta arraste consigo para a insolvência.

- Porque desta forma, sai de cena mais um canal independente (que se junta a vários nos últimos meses) de distribuição da produção nacional e continua a acentuar-se o processo de concentração da distribuição na mão de meia dúzia de grupos, a maioria internacionais, que esmagam a pouca e pequena produção nacional, cada dia com menos alternativas de escoamento e por isso mais dependente.

- Porque com a viabilização mantém centenas de empregos directos e indirectos, contribuindo sem grandes custos acrescidos para evitar o acentuar da colossal taxa de desemprego.

O Secretário de Estado não deu nota de que o Estado, através do seu Ministério, possa vir a dar grandes "esperanças" de intervenção neste processo. Denunciadas algumas situações menos "enquadráveis" numa normalidade, nesta empresa, o governante apontou o poder judicial como a panaceia para os males apresentados pelos trabalhadores.

Os trabalhadores, escutaram a mensagem trazida pelos seus representantes e desde logo mostraram firmeza e vontade em continuar a luta em defesa dos seus direitos.

27 Julho 2011

A Direcção Nacional do CESP